



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO Nº 0353638 - MPRR

Item 2 do Anexo VI do Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Gestão 2020, conforme Instrução Normativa nº 002/2017 – TCE/RR

INTRODUÇÃO

Em atendimento à Instrução Normativa nº 002/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, apresentamos o Relatório de Auditoria da Gestão do Ministério Público do Estado de Roraima relativo ao exercício de 2020.

I. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL, COMPRAS E CONTRATOS, RECURSOS HUMANOS E FISCAL.

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O orçamento do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) no exercício de 2020 somou R\$ 94.892.654,00 (noventa e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais) correspondendo a 5,6% a mais da dotação autorizada em 2019 (vide Quadro nº 1).

Das despesas previstas para 2020, foram empenhadas 99,6% e destas, 96,33% restaram liquidadas, representando uma variação de 5% e 4% a mais, respectivamente, se comparada ao desempenho das despesas em 2019 (vide Quadro nº 1).

Quadro nº 1 – Comparativo de Dotação Orçamentária, Despesas Empenhadas e Liquidadas

Ano	Dotação Orçamentária	Relação Dotação 2020/2019	Despesas Empenhadas	% Desp. Empenhadas	Despesas Liquidadas	% Desp. Liquidadas
2020	R\$ 94.892.654,00	5,6%	R\$ 94.554.660,18	5%	R\$ 90.145.912,31	4%
2019	R\$ 89.892.654,00	-	R\$ 89.859.510,50	-	R\$ 86.592.642,20	-

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

DAS RECEITAS

As receitas do MPRR em 2020 se originaram dos repasses financeiros efetuados pelo Governo do Estado de Roraima e da receita própria dos rendimentos de aplicações financeiras e ressarcimento de despesas que somaram R\$ 95.338.455,82 (noventa e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, oitenta e dois centavos), vide Quadro nº 2.

Quadro nº 2 – Crédito Orçamentário e Receita Própria

Descrição	Previsto	Recebido
Crédito Orçamentário em 2020	R\$ 94.892.654,00	R\$ 94.892.654,00
Receita Própria	-	R\$ 445.801,82
Total	R\$ 94.892.654,00	R\$ 95.338.455,82

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Vale ressaltar que não houve atraso no repasse. O crédito orçamentário foi liberado regularmente na sua totalidade até o final do exercício.

DAS DESPESAS

A despesa total empenhada pelo MPRR alcançou o valor de R\$ 94.554.660,18 (noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e dezoito centavos), que correspondeu a 100% do empenhamento em despesas correntes, conforme Quadro nº 3 abaixo.

Em 2020, não houve realização de despesas de capital pelo MPRR.

Quadro nº 3 – Despesas Correntes e de Capital empenhadas em 2020

Despesas	Empenhadas	Sobre o total

Despesas Correntes	R\$ 94.554.660,18	100%
Despesas de Capital	-	-
Total	R\$ 94.554.660,18	100%

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Das despesas correntes empenhadas, 83% foram destinadas ao pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas e encargos sociais, perfazendo o valor de R\$ 78.540.245,78 (setenta e oito mil, quinhentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais, setenta e oito centavos).

No que se refere às despesas de custeio, como aquisição de material e prestação de serviço, foram empenhados R\$ 16.014.414,40 (dezesseis milhões, quatorze mil, quatrocentos e quatorze reais, quarenta centavos), representando 17% das despesas correntes, segundo o Quadro nº 4 a seguir.

Quadro nº 4 – Detalhamento das Despesas Correntes empenhadas em 2020

Despesas Correntes	Empenhadas	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 78.540.245,78	83%
Outras Despesas Correntes (aquisição de material/serviço, auxílios, indenizações e outros)	R\$ 16.014.414,40	17%
Total	R\$ 94.554.660,18	100%

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Embora o MPRR não tenha adquirido bens móveis com orçamento do exercício de referência, registrou-se um saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 17.310.888,50 (dezessete milhões, trezentos e dez mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), 2% a mais do valor evidenciado no exercício anterior, procedente da transferência dos equipamentos comprados por meio do FUEMP.

DAS COMPRAS E CONTRATOS

Com o objetivo de suprir as necessidades do órgão no cumprimento da sua função ministerial, o MPRR autuou 28 (vinte e oito) processos administrativos para aquisição de material/bem e contratação de empresa prestadora de serviços, sendo 7 (sete) procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico e Adesão à Ata de Registro de Preços, 12 (doze) Dispensas de Licitação e 9 (nove) Inexigibilidades de Licitação.

No que tange às despesas liquidadas por modalidade de licitação e contratação direta, evidencia-se que 70% destas foram provenientes da modalidade – Pregão Eletrônico – no valor de R\$ 3.387.282,54 (três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais, cinquenta e quatro centavos), enquanto 30% dos gastos originaram-se de contratação direta por Dispensa de Licitação, cujo montante foi de R\$ 1.461.465,55 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

As contratações diretas foram devidamente fundamentadas na Lei nº 8.666/93, cujos dispêndios com prestação de serviços de dados e energia elétrica foram as despesas que mais performaram o valor liquidado por dispensa de licitação.

Ademais, todo processo de aquisição de material, bem ou serviço, perpassa ao exame da Comissão Permanente de Licitação e à análise da Assessoria Jurídica, antes da tomada de decisão pelo Ordenador de Despesas.

Em 2020, vigeram 99 (noventa e nove) contratos administrativos/notas de empenho, cuja execução foi acompanhada por, no mínimo, um fiscal e um gestor para atestar seus aspectos operacionais, financeiros e administrativos.

Importa esclarecer que tanto os processos de aquisição, como os contratos administrativos firmados observaram as formalizações prescritas às leis nº 8.666/1993, nº 9.648/1998, nº 10.520/2002, nº 13.979/2020, dentre outras normas pertinentes.

DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A atividade finalística deste Órgão Ministerial em 2020 foi desenvolvida por 54 (cinquenta e quatro) membros, sendo 10 (dez) Procuradores de Justiça e 44 (quarenta e quatro) Promotores de Justiça.

Concernente ao auxílio na atividade ministerial, o MPRR teve o apoio de 266 (duzentos e sessenta e seis) servidores e 36 (trinta e seis) estagiários.

Do total de servidores em 31 de dezembro de 2020, 139 (cento e trinta e nove) eram efetivos e 127 (cento e vinte e sete) comissionados.

Vale ressaltar que dos 198 (cento e noventa e oito) cargos comissionados e funções de confiança ocupados, 36% se encontravam preenchidos por servidores efetivos.

Em relação à força de trabalho de 36 (trinta e seis) estagiários, 33 (trinta e três) de nível superior em direito laboraram nas promotorias de justiça em Boa Vista-RR e 3 (três) de nível médio estavam lotados nas promotorias de justiça dos municípios do interior do Estado de Roraima.

DA GESTÃO FISCAL

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicado quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi/STN), no Diário da Justiça Eletrônico, no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência do MPRR.

Infere-se dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados que o comportamento da despesa com pessoal perante a Receita Corrente Líquida em 2020 seguiu abaixo dos limites prudencial e máximo, de 1,90% e 2,00%, respectivamente, estabelecidos na Lei nº 101/2000.

Relatório de Gestão Fiscal	Data de Publicação (Diário de Justiça Eletrônico)	%
1º Quadrimestre	26/05/2020	1,68
2º Quadrimestre	21/09/2020	1,62
3º Quadrimestre	28/01/2021	1,63
Limite Prudencial (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1,90
Limite Máximo (parágrafo único do art. 22 da LRF)		2,00

Ainda em cumprimento às normas supracitadas, foi elaborado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e encaminhado bimestralmente à Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima para consolidação e publicação.

II. IRREGULARIDADES CONSTATADAS QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

Não houve irregularidades constatadas que resultaram em dano ao erário.

III. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS ADOTADAS PARA RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO

Não houve adoção de medida administrativa, visto que não se verificou dano ao erário.

IV. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS

Não houve instauração de Tomada de Contas no exercício de referência.

V. DELIBERAÇÕES DO TCERR ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não houve deliberação do TCERR que necessitasse de atendimento.

VI. DELIBERAÇÕES DO TCERR PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não houve deliberação pendente de atendimento ao final do exercício de referência.

CONCLUSÃO

Examinados os atos de gestão por esta unidade de Controle Interno, avaliamos que as atividades desenvolvidas em 2020 pelo MPRR nas áreas Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Compras e Contratos, Recursos Humanos e Fiscal sucederam com regularidade e estrito cumprimento da legislação vigente, outrossim, não houve ocorrência de dano ao erário ou deliberações do TCERR pendentes de atendimento no exercício de referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARY MAURA MACEDO LOPES, Coordenador de Controle Interno**, em 28/05/2021, às 06:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0353638** e o código CRC **C2452A0B**.